

Diário da Assembléia

Nº 3.051

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 11 DE JUNHO DE 1974

ANO IX

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Cortes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buifara (MDB)

Ivo Thomazoni — Eronoy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quêise Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buifara (MDB)

Borsari Netto — Eronoy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Coulo de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buifara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aginaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quêise Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aginaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buifara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aginaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Cortes — Antônio Maciel —

Quêise Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 92ª Sessão Ordinária
Realizada em 11 de Junho de 1974 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Olavo Ferreira.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aginaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Demício Scaramella — Emílio Carazzai — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nadi — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Ivo Thomazoni — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quêise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes (38); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Arizone Araújo — Erondy Silvério — Iris Caldart — Ivo Rocha — João Fadel — Lázaro Dumont e Xenofonte Villanueva (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

MENSAGEM — 30/74

Curitiba, 27 de maio de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar, no Quadro Único de Pessoal e com lotação na Biblioteca Pública do Paraná, 22 (vinte e dois) cargos de Bibliotecário, nível 24.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º 1.003/74, de 24 de abril próximo passado, da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, diz, com o devido detalhamento, sobre a significação, necessidade e elevado interesse público da medida ora submetida a exame dessa Augusta Casa de Leis.

Certo de que o Plano de Lei ora encaminhado a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Ficam criados na classe inicial da série de classes de Bibliotecário, da Parte Permanente do Quadro Único de Pessoal do Serviço Civil do Poder Executivo, vinte e dois (22) cargos de Bibliotecário, nível 24 (vinte e quatro).

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias da Biblioteca Pública do Paraná (Código 3.1.1.1.01).

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 Gabinete do Secretário

Of. n.º 1.003-74

Curitiba, 24 de abril de 1974.

Excelentíssimo Senhor Governador:

Tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência o encaminhamento de mensagem à douta Assembleia Legislativa Estadual, a fim de que sejam criados vinte e dois (22) cargos, nível 24, na classe inicial da série de classes de Bibliotecário, do atual Quadro Único de Pessoal do Serviço Civil do Poder Executivo.

Por ocasião da criação da Biblioteca Pública do Paraná, por força da Lei n.º 2.358, de 4 de fevereiro de 1965, foi igualmente criada como carreira privativa do mesmo órgão, a carreira de Bibliotecário, com o total de quarenta (40) cargos, considerado naquela oportunidade como sendo o número mínimo necessário ao normal funcionamento do estabelecimento.

Dezenove (19) anos depois, e apesar do crescimento dos serviços técnicos da Biblioteca, inclusive com decorrência da criação de novas seções especializadas, entre as quais a de Biblioteca Volante, que atende aos bairros e municípios limítrofes, e a de Assistência a Bibliotecas Municipais, o número de cargos da mencionada carreira, em vez de aumentar, para atender às novas tarefas impostas ao órgão, está atualmente reduzido a apenas vinte cargos, justamente à metade de sua composição original.

Acresce, Senhor Governador, a Biblioteca Pública do Estado constitui justo orgulho da terra e da gente paranaense, devendo merecer todo apoio do poder público, mormente na hora em que os relevantes serviços que presta à causa da educação começam a ressentir-se, mais profundamente, da falta de pessoal especializado, a tal ponto que em certos momentos até serventes são mobilizados para atender leitores.

Além disso, o simples restabelecimento do número original de cargos da carreira aliado ao alto espírito dos bibliotecários poderá sanar, desde logo, uma das graves falhas da instituição, que é a de não possuir expedientes aos domingos.

Finalmente, em recente concurso de provas e títulos para provimento de cargos da referida carreira foram aprovados vinte e oito (28) candidatos dos quais sete (7) já foram nomeados, porém desses sete (7) dois destes já trabalhavam no estabelecimento e dois foram designados para outros órgãos, de forma que o corpo técnico da casa ficou acrescido de apenas dois (2) novos elementos.

Em face dos motivos expostos, há razões bastante numerosas e expressivas, que justificam a proposta que ora tenho a honra de submeter à alta consideração de Vossa Excelência.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência minhas mais nobres expressões de consideração e respeito.

Cândido Manuel Martins de Oliveira — Secretário da Educação e Cultura. A Sua Excelência o Senhor Doutor Emílio Hoffmann Gomes, Digníssimo Governador do Estado do Paraná.

Nesta Capital

A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob o n.º 65-74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver em data de 07 do mês em curso, sancionado o Projeto de Lei n.º 196-73, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.535. — Agradeça-se.

Sob o n.º 40-74, do Senhor Alfredo Pires Furlatti, Presidente do Centro dos Ferroviários do Paraná e Santa Catarina, encaminhando exemplar do Relatório das atividades daquele Centro, referente ao exercício de 1974. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Amândio Gonçalves, Assistente da Diretoria Nacional da União Universitária Tecnológica do Trabalho, comunicando que aquela Faculdade fará realizar no mês em curso, vestibular para os cursos superiores técnicos de Gerência Empresarial, Secretariado Executivo e Análise de Sistemas (Processamento de Dados). — Ao conhecimento da Casa.

Circular sob o n.º 09-74, do Senhor João Jacob Berberi Filho, Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá, solicitando o empenho desta Casa, no sentido de ser discutido, votado e aprovado, o Estatuto do Magistério do Estado do Paraná. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 188-74, do Senhor Theobaldo Cioli Navolar, Reitor da Universidade Estadual de Londrina, comunicando haver assumido como substituto, o cargo de Reitor daquela Universidade, em virtude do término do mandato do titular Dr. Ascêncio Garcia Lopes. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Haroldo Bianchi, solicitando seja incluído na Ordem do Dia da próxima Sessão, o Projeto de Lei n.º 1-74.

Requerimento

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido no último sábado, 8 do corrente em nossa Capital, da Sra. Esmeraldina Moraes, esposa do prestante cidadão Francisco Moraes.

D.ª Esmeraldina Moraes na pessoa boníssima que pelo seu espírito cristão e humanitário, se destacou nas obras assistenciais da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, a qual pertencia.

Seu desaparecimento chocou profundamente não só os seus familiares, mas também todos os que privaram de sua amizade.

Assim, justa é esta homenagem póstuma a quem em vida foi exemplo de abnegação e trabalho.

Requeiro outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, à Igreja Evangélica Assembleia de Deus e à Tribuna Pentecostal.

Sala das Sessões, 11 de junho de 1974.

(a) Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de regozijo ao Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, pela admissão de eminentes paranaenses como sócios efetivos da entidade, entre os quais os ilustres Deputados Antônio Franco Ferreira da Costa Filho e Antônio Lopes Júnior.

Ressalta-se, também, a admissão do pesquisador fotográfico Cid Deren Destefani, cujo trabalho é de grande valia para o registro de fatos destacados da história paranaense.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa aos homenageados.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1974.

(a) Maurício Fruct

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas prerogativas regimentais, solicita de Vossa Excelência que após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata um voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Emílio Gomes, e à Fundação Universidade Estadual de Londrina, pela escolha do Professor Oscar Alves, como Reitor daquela Universidade.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1974.

(a) Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA:

O Professor Oscar Alves, escolhido pelo Senhor Governador do Estado para ocupar a Reitoria da Universidade Estadual de Londrina, preenche todas as condições para continuar a gigantesca obra educacional iniciada em Londrina, pelo Professor Ascêncio Garcia Lopes, face às suas conhecidas qualidades de educador e administrador aliadas a um dinamismo e dedicação ímpares. Sabedores de que a educação Superior em Londrina não sofrerá solução de continuidade, manifestamos a nossa satisfação.

Requerimento

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde, solicitando à Sua Excelência, que se digne determinar as medidas necessárias com o objetivo de construir um Posto de Saúde, em Ramilândia, Município de Matelândia.

A reivindicação é aguardada há muito tempo pela população da localidade que se resente deste benefício.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1974.

(a) Maurício Fruct

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 81-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Outorga o Título de "Cidadão Honorário do Paraná", ao Senhor Luiz Meneghel.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 11 de junho de 1974.

(a) Paulo Poli

JUSTIFICATIVA:

A gratidão, indubitavelmente, uma das marcas mais preciosas da personalidade humana. Cultuá-la, pois, um dever irrecusável do homem, quer isoladamente, quer força atuante de uma coletividade consciente e que, por recomendável extensão, segue seus passos e exemplo dignificante.

O Paraná tem, por tal efeito, a sua grande dívida de gratidão para com um homem que soube, através dos tempos, agigantar-se aos olhos de todos os seus filhos, afirmação de caráter retilíneo, de trabalho perseverante e a indicar aos que dele participaram a certeza de que, mais do que a luta pela própria sobrevivência, formavam as extraordinárias vanguardas da construção de uma terra que em breve valeria como uma autêntica explosão de progresso e de abrigo às melhores aspirações dos que a amavam e desejavam vê-la como aceno à existência de um povo que se confundia com seu próprio nome BANDEIRANTES.

Iniciando sua caminhada de homem de fibra e tempera de aço, comprova, em seu Estado natal, São Paulo, terras de seu pai, fruto de seu já madrugador entendimento de que um homem só é de traçar o próprio destino quando aceita os desafios do sacrifício a transformar-se na glorificação do mesmo. Conceituado entre os que bem perto já podiam dar a verdadeira dimensão de sua capacidade realizadora, tornou-se merecedor da abertura de uma frente de crédito a estimulá-la. Conquistou-o para tornar realidade um sonho ardentemente escalentado, instalar uma pequena usina de açúcar. Mas este homem não nascera para apegar-se na ingloria contemplação de um só triunfo, eis que nele reconhecia, apenas um simples levantar de olhos para o futuro que não temia. Resolve, passado pouco tempo da instalação da referida usina, entregar sua Direção a seus irmãos e lançar-se à mais consagrada jornada de sua vida, qual seja a de integrar-se à vida e trabalho que sabem enobrecer os incontestáveis campeões responsáveis pela grandeza da terra paranaense, cravando nas terras de BANDEIRANTES a sagrada bandeira da permanente convocação para tornar o Município orgulho das demais comunidades. Na justa repetição do que lhe acontecera em seu Estado natal, e sob as constantes e gratas provas de estímulo de sua valorosa e admirável esposa, encontrava no Paraná o crédito a permitir-lhe a instalação de uma nova usina com capacidade inicial de distribuição de 50.000 sacas do produto por safra. Esse crédito recala sobre um homem cuja tenacidade, poder de ação e visão quando à superação das barreiras a enfrentar, valia como o anúncio da presença de um lançador das sementes do progresso que se confunde com a felicidade dos que o ajudaram a consolidá-lo. O empreendimento estava fadado ao sucesso que não lhe poderia faltar, vindo a atingir, já agora, distribuição de um milhão de sacas do produto por safra.

Quem pode, na atualidade, falar em BANDEIRANTES sem enunciar, ao mesmo tempo, o nome venerado, respeitado e nacionalmente acreditado, de LUIZ MENECHHEL? Logicamente que ninguém. E por que? Porque é um símbolo de trabalho gigante e de amor extremado ao seu Município, a cuja grandeza ligou a própria vida.

Suas profícuas atividades impuseram-no ao elevado posto de Diretor-Presidente da Açúcar e Alcool Bandeirante S. A., presidente da Associação dos Usineiros do Paraná e Prefeito do Município de Bandeirantes.

Possui o título de Comendador, expedido pela Sociedade Geográfica Brasileira, em 1961, conforme Decreto n.º 45.568, de 13 de março de 1959. É detentor, também, do título de Benemérito da Igreja Católica, conferido pelo saudoso e piedoso Papa Pio XII, face os inestimáveis serviços prestados à religião católica, despendendo como sua maior obra a construção da Igreja de Bandeirantes. Incentivador do esporte bretão no Município, está à frente dos destinos do União Futebol Club de Bandeirantes.

Não existe, realmente, em Bandeirantes, iniciativa qualquer e à altura de estímulo e proteção que esteja divorciada da participação, direta ou indireta de LUIZ MENECHHEL. É a mola propulsora das melhores e mais corretas iniciativas, sempre pronto a unir-se aos anseios e reclamos de seu povo.

Conferir, pois a LUIZ MENECHHEL, o título de Cidadão Honorário do Paraná, um imperativo de consciência e uma prova magnífica de gratidão a quem tanto soube honrar nosso Estado, servir sua gente e dizer da condução de um trabalho que invariavelmente contribuiu para nosso progresso.

Finalmente, registrar os nomes de seus queridos familiares, é recomendar à nossa gente quem, a seu lado, sempre representou o amor e a inspiração a sustentar uma motivação de vida tão preciosa para eles, tão disputada pelo Paraná.

Esposa: — Senhora MARIA LUIZ BERTO MENECHHEL.

Filhos:

PAULO ANTONIO — casado com a Senhora Diva Renze.

SERAFIM — casado com a Senhora Cariota Renze.

DANIEL — casado com a Senhora Eda Rolim.

DIACONO — casado com a Senhora Maria Cecília Morrete.

AUGUSTA — casada com o Senhor José Rando.

MAFALDA — casada com o Senhor Mário Cavaccioli.

DOLINDANA — casada com o Senhor Joaquim Crespo Paiva.

MARISA — casada com o Senhor Dr. Cesar Tomé.

ANTONIO LUIZ — solteiro.

Fossui 26 netos.

Projeto de Lei n.º 82-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Os órgãos de deliberação coletiva da área do Poder Executivo, serão classificados de acordo com o princípio de hierarquia e tendo em vista a importância, o vulto e a complexidade das respectivas atribuições e responsabilidades.

Parágrafo único — A classificação dos órgãos referidos neste artigo, inclusive os já regulados por disposições especiais, será estabelecida por decreto, que fixará o valor da gratificação de presença e estabelecerá o máximo de sessões mensais remuneradas.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1974.

(a) Maurício Fruct

JUSTIFICAÇÃO:

O que se pretende, por este Projeto, é a aplicação pura e simples, no âmbito da administração estadual, da Lei Federal n.º 5.708, de 4 de outubro de 1971. Sobre a justiça da medida nada há o que acrescentar, visto como todos escalões do Poder Federal, cada qual a seu tempo, opinaram durante a elaboração da norma, que se visa adotar, nesta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Esta Presidência tem a grata satisfação de registrar a presença, neste Plenário, do Sr. Silvio Barros, digníssimo Prefeito Municipal de Maringá.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Domicílio Scaramella.

O SR. DOMICILIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em nome da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, apresentaremos o seguinte Requerimento que, em conjunto com o Líder do Governo, Sr. Deputado Ivo Thomazoni, passaremos a assinar: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Presidente do Brasil, Marechal EURICO GASPAR DUTRA, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro — Guanabara.

Requer, ainda, que da decisão do Plenário, seja dado conhecimento à família do ilustre homem público.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1974.

(a) Domicílio Scaramella".

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não poderíamos, nós que conhecemos a maneira como aquele ilustre brasileiro governou o Brasil durante 5 anos, deixar de trazer aqui nosso preito de saudade àquele eminente brasileiro, apresentando este voto de pesar, em nome da Bancada do MDB — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Entra Governo sai governo do Paraná, trocam-se os titulares da Secretaria de Educação e Cultura, muda-se o esquema financeiro do Paraná e sempre é alimentada a esperança para o professor suplementarista, de que sua situação será solucionada naquele governo.

Há muitos anos os suplementaristas se degladiam com a sua situação irregular, muitos deles já com os cabelos brancos, após prestarem longos anos de trabalho no ensino do Paraná e não tiveram a felicidade de prestar um curso para poderem ser efetivados.

Cada início de ano letivo os professores suplementaristas quase que se vêm obrigados a esmolar junto à direção dos colégios "uma aula pelo amor de Deus". Ficam eles condicionados aquilo que exige o diretor do estabelecimento. E há também, sr. Presidente, os chamados grupos políticos que se formam dentro dos colégios do interior, fazendo com que o professor suplementarista que não pertence à "Igrejinha" do Diretor ou da Diretora fique privado do direito de lecionar naquele colégio.

Existem centenas de casos de professores competentes homens que deram quase tudo de si pela causa do ensino do Paraná, que, na velhice, ficam em situação de penúria, ficam desamparados porque o Diretor da escola lhes negou o direito de dar aula.

A situação do suplementarista não é chocante apenas porque tem poucas aulas ou porque ficou de fora debatendo-se, com frequência, com profundas crises, mas porque com a falta de dinheiro vê seu crédito cortado no Banco ou no Empório ou na farmácia. Ele trabalha para o Estado do Paraná e o pagamento demora a sair mesmo neste ano em que a situação financeira do Estado, segundo palavras do próprio Governador, teria melhorado sensivelmente, com os cofres públicos experimentando um crescimento em sua arrecadação. Apesar disto vemos, com tristeza, que, até agora, o professor suplementarista não viu a cor do dinheiro do Governo apesar de já se estar quase na metade do mês de junho. Pelo que pudemos verificar no interior os suplementaristas receberão seu primeiro pagamento somente em agosto. É lamentável que o Paraná Estado tão fértil e próspero em arrecadação relegue a situação de penúria esta laboriosa classe do professor suplementarista. É de estranhar que este mesmo professor suplementarista quando em dificuldade ao recorrer ao Banco do Estado para fazer um papagaio, Banco que pertence ao mesmo patrão do professor suplementarista, tenha que pagar juros daquilo que ele é credor. Não entendemos isto.

O que desejamos é manifestar a nossa preocupação. Qualquer cidadão poderá verificar facilmente que não é admissível que um ser humano que tem condições de prestar serviços ao Governo, sendo este a única ocupação que possui, somente receba seu pagamento em agosto.

O que desejamos é que o nosso Governo dispense uma atenção mais humana a esta classe do professor suplementarista. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSARIO PITTELI — (Lê): "A onda de assaltos e assassinatos a motoristas de táxi tem sido constante, e por isso entendemos que medidas de caráter excepcionais devem ser tomadas. Dentro de nosso Código Penal, as penalidades para os autores desse barbarismo deveriam ser agravadas ao máximo, no afã de intimidar futuros e monstruosos assassinos da laboriosa classe.

A cada dia que passa aumentam consideravelmente os crimes e assaltos cometidos por marginais, que ultimamente resolveram atacar os profissionais de táxi. Em decorrência do exercício da própria profissão, são homens totalmente sem segurança. Basta um simples desejo de marginais para um assalto e já se lembram logo do motorista. É um assalto mais fácil, pois, com a simples contratação de uma viagem, já vem em suas mãos assassinas uma vítima inteiramente a sua vontade. E na verdade não existem medidas seguras ao seu alcance que possam tranquilizá-los.

Recentemente tivemos os lamentáveis acontecimentos de União da Vitória, Londrina e Ibiporã, e amanhã ainda teremos outros. Estes crimes, todos repletos de perversidade, vão acabar abalando de tal forma os profissionais de táxi, que poderá comprometer de futuro a disposição de trabalharem em horas noturnas. Convm lembrar que os serviços prestados pelos motoristas de táxi são de absoluta necessidade e imprescindíveis. Jamais se poderia ficar sem os mesmos, nas horas noturnas. Mas para isso, é necessário que se lhes dê todas as garantias de vida. Afinal, são homens que, para cumprir bem sua missão, sacrificam o próprio conforto seu e de suas famílias. Porisso, é necessário que eles tenham ampla garantia, sem o que, não poderão continuar servindo com presteza nossa população, que deseja seus serviços. Entendemos que nossas autoridades tem procurado da melhor maneira ao seu alcance colaborar na segurança do motorista, mas tudo isso tem, ainda significado expressivo, pois a onda de assassinatos continua negra e sangrenta.

Honrados motoristas de táxis, chefes de famílias numerosas, tem tombado mortos por balas assassinas de marginais. Os assassinos sabem de antemão que o dinheiro que a vítima carrega não atinge alta soma, mas mesmo assim o crime é cometido, uma vez que não se intimidam com as penas que lhes são impostas, se por ventura descobertos. Por isso atacam preferencialmente os motoristas, pois são vítimas mais fáceis, pois elas mesmas os transportam para o lugar desejado. Entendemos por essa razão, que se deve dar garantias excepcionais aos motoristas de táxis.

Seria muito oportuno, se no nosso Código Penal que deverá entrar em vigor no próximo ano, fosse contemplado com dispositivo especial agravando ao máximo a pena para os autores ou autor de assassinato a motoristas de praça, quando vítimas do desempenho de sua profissão.

Esta medida, também poderia, em nosso entendimento, contribuir para diminuir em grande parte a onda de barbarismo, que se comete à honrada e laboriosa classe de profissionais de táxis).

Eram estas as palavras que gostaríamos de dizer, Sr. Presidente e srs. Deputados, a fim de que alguma coisa se faça em benefício, em defesa desta classe tão laboriosa e que vem prestando relevantes serviços à nossa comunidade, e que, por força de marginais, elementos desocupados, tem tombado mortos e deixado suas famílias em completo abandono.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o quarto orador inscrito, o nobre Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, nobres srs. Deputados.

Subscrevemos, juntamente com o Sr. Deputado Domicio Scaramella, eminente Líder da Bancada do MDB, o voto de profundo pesar pelo passamento de S. Exa. o Sr. Marechal Eurico Gaspar Dutra, ex-Presidente da República Federativa do Brasil, primeiro Presidente da redemocratização do nosso País. Quero crer que a consternação da família brasileira faz eco nesta Casa, porquanto o ex-Presidente desaparecido foi um exemplo de dedicação à causa pública e soube na redemocratização conduzir o País ao seu destino traçado, pois S. Exa. com a tranquilidade de espírito, com a formação cristã de sempre presidiram os seus atos de mandatário da Nação, fizeram com que o Brasil redemocratizado, pudesse se estruturar e preparar para a arancada rumo ao progresso. A consternação explícita num simples Requerimento subscrito pela nossa liderança, por certo haverá de significar o profundo pesar da unanimidade do povo brasileiro que vê desaparecer um homem que fez história administrando com consciência, reatando relações diplomáticas de há tanto tempo cortadas com nações de filosofia de Governo diferente da nossa. É portanto, o instante de pesar para reverenciar a figura daquele que soube, tão alto, elevar o nome do Brasil e o desaparecimento de S. Exa. o Marechal Eurico Gaspar Dutra, desaparecimento material, permanecem os seus exemplos, de dignidade e de homem público probo, sempre na nossa lembrança, como a ensinar o fortalecimento das nossas convicções democráticas. A família do ilustre brasileiro, o pesar da Casa Legislativa Paranaense e por certo neste mesmo instante, as outras Casas Legislativas Municipais, Estaduais e também o Congresso Nacional no necrológio do ilustre brasileiro esteja neste instante sendo feito, a lembrar dos brasileiros desta geração, o que representou S. Exa. na dignidade de servir a causa pública, como só ele soube fazê-lo na época e que ele tão bem soube conduzir os destinos da Pátria brasileira. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente. Antes, porém, tenho a grata satisfação de anunciar a presença do Sr. Moacyr Foster, Digníssimo Prefeito Municipal de Jardim. Com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Hoje, com um euforismo peculiar aos homens humildes, com um euforismo peculiar a um povo que espera há muito tempo um benefício do Governo, estamos aqui agradecendo ao dinâmico Governador Emílio Gomes, ao dinâmico Secretário dos Transportes, Dr. Osires Stenghel Guimarães, aos dinâmicos diretores do Departamento de Estradas de Rodagem, e a toda a sua equipe de trabalho, com um euforismo que transcende em todo o Estado, de uma região sofrida, com um euforismo daquela Região esperançosa. Hoje temos a grata satisfação de dizer a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, "muito obrigado, Governador". Em nome daquele Norte Pioneiro que temos a honra de representar uma parcela aqui nesta Assembleia. Pois fomos surpreendidos com uma manchete de jornal, num dos matutinos da Capital, onde S. Exa. o Sr. Governador do Estado anunciava, a curto prazo, as obras de terraplenagem e pavimentação dos trechos denominados, a Rodovia do extinto e saudoso Parigot de Souza, Rodovia BR-1 — Rodovia, que aquele querido ex-Governador querido por todos os paranaenses de boa vontade, o extinto governador Parigot de Souza, queria concretizar em seu governo. Em seu governo sadio, de homem honrado e digno, que infelizmente a Providência não deixou que assim o fosse concretizado. Mas que Deus em sua infinita bondade e misericórdia permitiu que viesse ao Paraná um Governo do gabarito de Emílio Gomes, e que viesse à Secretaria dos Transportes, homem como Osires Stenghel Guimarães.

E hoje temos a satisfação de agradecer e vir à presença do Paraná, para o julgamento de que também até a "araruta tem a sua vez de mingau" pois chegou a vez, nobres Deputados, do Norte Pioneiro. Quero pedir vênias, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para ler aqui, entusiasticamente, uma notícia satisfatória para o Paraná e para o Norte Pioneiro e para uma administração sadia como é a de Emílio Gomes.

O sr. Antonio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Já que V. Exa. aborda o problema de estradas, que é muito sério para o Paraná, permita-me enfatizar aqui a reivindicação de várias regiões do Paraná, que até agora estão lutando para ter sua rodovia asfaltada, e o Paraná lamentavelmente, ainda hoje, é um Estado que para quando chove. A própria Capital sofre quando o período das chuvas é muito prolongado, por, que depende do fornecimento do mercado consumidor de Curitiba.

Então vemos que, inclusive Deputados da sua Bancada, já chegaram a propor aqui uma CPI e que não se concretizou pelas informações do Deputado Thomazoni, sobre a paralisação da Estrada Mauá-Faxinal — Jardim Alegre-Ivaiporã, nós temos uma estrada que o próprio ex-Ministro Mário Andreazza prometeu, em nota divulgada pela imprensa do Brasil, sobre o asfalto de Paranavai, Dourados e Mato Grosso. E outros trechos de rodovias de grande importância para o Paraná, não temos até agora, pavimentados. Nobre Deputado, pela informação que temos o Governo Federal teria feito no ano passado quatro mil quilômetros de rodovias asfaltadas para o R. Grande do Sul, e cinco mil quilômetros de rodovia asfaltada para São Paulo.

e para o Paraná, apenas 83 quilômetros. Então, lamentavelmente o Paraná ficou relegado a uma situação de verdadeiro abandono em matéria de rodovia de fácil escoamento. Nós gostaríamos aproveitando o pronunciamento de V. Exa., de enaltecer a necessidade de que seja asfaltadas diversas rodovias aqui do Paraná, não apenas do Norte, como do Norte Novo.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vejo que V. Exa. quer misturar alhos com bugalhos. Nós não estamos bem a par do problema rodoviário do Estado. Mas podemos afirmar que V. Exa. está mal informado no que tange à Rodovia Mauá-Faxinal; porque a firma Menegusso já é dona da concorrência e sub-empregou para a firma Terra, aquela rodovia, para fazer o serviço de terraplanagem. E para surpresa sua e satisfação nossa, aquela estrada vai ser pavimentada.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Gabriel Manoel, numa das sessões desta Assembleia na semana que passou, informamos à Casa que o Departamento de Estradas de Rodagem já leitou a complementação da terraplanagem e pavimentação asfáltica para a Estrada Mauá. Quero crer que S. Exa. o Sr. Deputado Antonio Belinati deve ter lido as notas taquigráficas daquela Sessão e ficaria informado de que dentro de um prazo não superior a 45 dias, aquelas obras serão concluídas para a pavimentação asfáltica, inclusive com prazo limitado.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. vê o problema. Acontece que o Paraná teve uma explosão demográfica muito grande. E governar não é fácil; não é fazer milagres; porque só Deus faz milagres. Está-se aplicando dinheiro carreado das relações internacionais, do povo brasileiro e em benefício deste próprio povo. Com a diferença de que o Governo Emílio Gomes, não faz estardalhaço; ele trabalha em benefício de sua terra. V. Exa. não vai querer, que num ano de governo se asfalte todas as rodovias do Paraná. Nós estamos nos referindo as rodovias que temos em nossa Região e aquelas que para surpresa de V. Exa. foram também empreitadas para o Corredor de Exportação, que é o Porto de Paranaguá. Nobre Deputado Antonio Belinati, permita-me discordar de V. Exa. porque o pior cego é aquele que não quer enxergar.

O Sr. Antonio Belinati — Muito obrigado. Tenho a impressão de que quem está misturando alhos com bugalhos é V. Exa. porque nós nos referimos a um pedido feito por um Deputado do seu Partido, segundo o qual ele estaria propenso a pedir até uma CPI para averiguar porque razão teria sido paralisadas as obras da Estrada Mauá-Ivaiporã. E ainda temos na própria imprensa de que o Sr. Líder do Governo trouxe todas as informações sobre esta estrada, trazendo elementos ao Deputado Antonio Maciel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Ele deveria estar muito bem informado porque a concorrência para construção e serviço de terraplenagem foi ganha por três firmas, das quais duas cumpriram com a obrigação e a outra firma, por questão fora de sua vontade, não pode cumprir o contrato. Agora não cabe culpa ao Governo nem ao DER. E o Governo por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem anunciou as medidas necessárias para que se concretize esta obra, que V. Exa. será convidado a inaugurar, para muito breve.

O Sr. Antonio Belinati — Para quando?

O SR. GABRIEL MANOEL — Para antes do término do Governo Emílio Gomes, ou no início do Governo do Dinâmico Jaime Canet, V. Exa. terá a honra de ver inaugurado. E, V. Exa. talvez nesta euforia de defender o Paraná e, com justa razão, talvez discorde do esquema de governo. Mas só peço a V. Exa. não misturar alhos com bugalhos. Não faça injustiças, porque errar é humano e perdoar é divino. E portanto, V. Exa. está perdoado.

Quero agora dar o aparte ao Deputado Ivo Thomazoni.

O sr. Ivo Thomazoni — Quero aduzir ao que V. Exa. já disse, que o contrato da firma Terra era humanamente impossível de ser reajustado, por, quanto a compensação dos reajustes não permitida por lei havia sido concedida na ordem de 40%. Impossível, por força de lei, correção de valores, razão porque o DER se permitiu o direito de nova licitação que deverá ser julgada nos próximos dias e temos promessa solene do Secretário dos Transportes e do Diretor do DER que no mesmo dia da aprovação da concorrência será expedida ordem de serviço para não haver delongas no início dos trabalhos.

O SR. GABRIEL MANOEL — Agradeço o aparte e quero continuar com o meu raciocínio.

Temos a satisfação de transmitir o que está estampado na "Tribuna": "O Governador Emílio Gomes autorizou o Departamento de Estradas de Rodagem a realizar, no mais curto espaço de tempo possível, as obras de terraplenagem e pavimentação da Rodovia Governador Parigot de Souza, PR-1 no trecho Jaguariava-Wenceslau Braz-Santo Antônio da Platina, implicando a dinamização em novas inversões de capital.

A medida decorre de despacho do Secretário Osires Stenghel Guimarães, dos Transportes, com o Governador do Estado, colimando os objetivos de recente visita realizada por líderes daquela Região, quando, em contato com o Chefe do Executivo Paranaense, expuseram as necessidades de concretização das providências agora determinadas. "Por isto estamos agradecendo ao dinâmico Secretário".

"A pavimentação da Rodovia Governador Parigot de Souza é um velho sonho das populações do Norte Pioneiro, cujo maior desenvolvimento tem sido obstado pela falta de melhor via de comunicação rodoviária. Sua área de influência é das mais importantes, abrangendo sete municípios de considerável densidade demográfica e que apresentam um dos melhores índices de produção.

A Rodovia, pavimentada, trará sensíveis benefícios para Arapoti, Wenceslau Braz, Siqueira Campos, Quatiguá, Joaquim Távora e Santo Antônio da Platina, beneficiando também Tomazina, Pinhalão, Conselheiro Mairink, Ribeirão do Pinhal e Jundiá do Sul, igualmente integrados ao complexo econômico da Região, embora tangenciados em relação ao eixo rodoviário objeto das providências anunciadas".

Note bem, Deputado Antonio Belinati, "com a autorização expressa do Governador Emílio Gomes as obras terão um andamento mais rápido, tendo o DER dividido o projeto em quatro lotes, entregue às firmas Engenharia Rodoferrera S.A., Veloso e Camargo S.A., Parapanema S.A. e Cavalcanti e Junqueira S.A."

E por isso que procuramos, neste momento, externar nosso profundo agradecimento a esta equipe de trabalho deste Governo que só por esta estrada justifica um Governo de trabalho e dinamismo, um Governo de autoridade que haveremos de ver sempre aplaudido pelos paranaenses de boa vontade.

Queremos deixar aqui nossa gratidão eterna a todos que cooperaram, aos Deputados da Região, aos líderes políticos, aos srs. Prefeitos, porque como

dizia um colega nosso, de nossa Bancada, "essa estrada não tem dono, seu dono é o próprio povo".

O Sr. Domicílio Scaramella — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Ilustre Deputado é com satisfação que nós assistimos o pronunciamento de V. Exa., quando vem se congratular com S. Exa. o Sr. Governador do Estado, com o Sr. Secretário de Transportes, com o Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, pelo reinício dessa estrada no Norte Pioneiro. Nós do Sul, pedimos a Deus que também um dia possamos usar a Tribuna para nos congratularmos com o Sr. Governador do Estado, com os seus auxiliares, quando tomarem atitude igual a essa, para que as estradas de nossa Região sejam autorizadas e a nova construção iniciada. Graças a Deus o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem terminou a estrada que demanda São Mateus — União da Vitória, senão ainda estaríamos isolados. A BR-173 que foi iniciada em União da Vitória com destino a Erechim, no Rio Grande do Sul, e amanhã vou entrar com um Requerimento fazendo apelo ao Ministro dos Transportes para que continue a ponte, que foi iniciada no Rio Iguaçu, em União da Vitória e está parada.

Graças a Deus o Departamento Nacional vai construir a estrada dentro do Estado do Paraná, até Santa Rita. Então, deixo um apelo aos homens do Governo, ao Sr. Governador do Estado, ao Secretário de Transportes e Diretores do DER, para que inicie a estrada que demanda de Santa Rita ao Sudoeste, de Santa Rita a Palmas, Clevelândia, Mariópolis, Pato Branco, porque assim União da Vitória voltará a ser porteira do Sudoeste, porque nós lá de União da Vitória assistimos o progresso do Sudoeste, quando a imigração para aquela Região do Estado passava pela nossa querida União da Vitória.

Deixo minhas congratulações a V. Exa. e peço a Deus que amanhã possamos nos congratular com o Sr. Governador do Estado, quando for iniciada essa estrada. Muito obrigado pelo aparte que V. Exa. me concedeu.

O SR. GABRIEL MANOEL — Eminente Líder da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, nobre Deputado Domicílio Scaramella. Como dizia no início desta modesta oração as estradas virão e V. Exa. transmita àquele povo bom e trabalhador, que seu dia chegará. Com esse esquema de governo imposto após a Revolução, haverá de chegar o dia para aquele povo também. Haverá de vir o progresso para aquela Região. Nós temos, graças a Deus, hoje na esfera federal, um conceito muito elevado e temos a honra de ter um Ministro de Educação, o Senador Ney Braga, temos três Senadores dinâmicos e também contaremos com João Mansur no Senado.

V. Exa. há de convir comigo que há de chegar a vez de sua Região. Como V. Exa. diz há anos que vem pleiteando, mas haverá de chegar o dia, com o esforço conjugado dos Governos Federal e Estadual, haverá de chegar o dia em que será atendida essa reivindicação justa. Peça V. Exa. àquele povo que confia neste governo bom e trabalhador. Há de chegar a sua vez, como chegou a vez do Norte Pioneiro. V. Exa. há de vir agradecer ao Governo Estadual e também ao Governo Federal, por ter feito aquela estrada.

O Sr. Domicílio Scaramella — Quero mais uma vez agradecer a atenção de V. Exa. está me prestando e dizer que essa nossa reivindicação já foi solicitada há muito tempo, não depois do Governo da Revolução. Estamos esperando há muitos e muitos anos e sabemos que não está nem planejada neste Governo. Talvez o próximo venha a nós atender. Mas haveremos de lutar nesta Assembleia como já lutamos desde o início e até agora não foi atendida aquela Região. Agradeço mais uma vez.

O SR. GABRIEL MANOEL — Não quero fazer um julgamento prematuro, para não pecar, mas acredito que V. Exa. está mal informado. Tenho quase certeza que o DER com esta programação de 1.500 quilômetros de estradas vicinais não iria deixar de colocar esta estrada que V. Exa. reivindica.

Queremos agradecer a atenção dos srs. Deputados e pedimos ao Paraná, ao bom povo paranaense que conosco eleve seu pensamento a Deus e dê graças por termos um Governador do porte de Emílio Gomes, um Secretário do porte de Osiris, e um Diretor do porte do de Estradas de Rodagem. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para falar no Grande Expediente, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

É um tanto constrangido que hoje me encontro nesta Tribuna por ver que uma Casa que tem a responsabilidade de legislar em nome do povo paranaense, que é responsável, como exemplo, pelo processo legislativo, possam ocorrer erros, falhas, de boa fé é verdade, mas que comprometem seriamente o bom nome desta Casa de Leis.

Diz o Regimento de nossa Assembleia em seu art. 123, quando trata dos Projetos de Lei: "§ 3.º — Sempre que um projeto não estiver devidamente redigido, a Mesa restituí-lo-á ao autor para organizá-lo de acordo com as determinações regimentais".

Portanto, quando os Projetos de Lei de autoria dos srs. Deputados não estiverem com a redação perfeita serão devolvidos aos srs. Deputados para que eles façam as correções necessárias e redijam o projeto dentro da melhor forma.

Tenho em mãos a Mensagem do Executivo que concede a chamada Gratificação de Produtividade. Mensagem que tem sido discutida, mensagem que tem provocado acalorados debates nesta Casa e Mensagem na qual constato, com surpresa, está viciada tecnicamente por um erro dos mais sérios, erro cometido de boa fé, mas que invalida tecnicamente a Mensagem.

Refiro-me a anotação que o nobre líder do Governo, digno Deputado Ivo Thomazoni, colocou à margem, nos seguintes termos, escrita à mão: "A inclusão da expressão 'estaduais' foi devidamente autorizada pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, em 25-4-74".

Vejam Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que ocorreu:

A Mensagem original no parágrafo 2.º do art. 3.º está assim redigida: "Os profissionais referidos no parágrafo anterior que comprovadamente não acumularem cargos públicos da mesma natureza, poderão perceber a gratificação pelo dobro do valor dele previsto".

Desta forma, no texto original da Mensagem os profissionais do referido artigo anterior: médicos, cirurgiões-dentistas e enfermeiros, não poderão acumular um cargo público municipal com um estadual, nem um cargo público estadual com um cargo federal; entretanto, o nobre Líder do Governo, cunhando naturalmente, Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, colocou à mão, acumular em cargo público estadual. Então ficou a Mensagem apenas impedindo o acúmulo de cargos estaduais, não impedindo como no texto original um acúmulo de cargos estaduais com federais, e municipais.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, devo informar a V. Exa. que a interpretação dada pela assessoria do Sr. Governador do Estado fiquem que redigiu a Mensagem nos termos em que ela nos foi enviada, era de que a ausência da expressão ESTADUAIS absolutamente não significava que o detentor de mais um cargo, um estadual mais um de outro nível federal ou municipal, abstinse o contemplado no recebimento da vantagem proposta, à arguição de que a ausência desta expressão na redação do referido artigo foi levantada nesta Casa de Leis, por vários Senhores Deputados, dentre eles o eminente Deputado Arizone Mendes de Araújo que, discutindo com a Secretaria do Governo a possibilidade de a ausência da expressão ESTADUAIS nos cargos estaduais, pudesse no futuro criar problemas para o profissional ali mencionado.

Ocorre que a palavra da liderança numa das reuniões da Comissão não bastou para o convencimento dos Ilustres Deputados integrantes da Comissão de Constituição e Justiça, da validade da redação como estava, razão pela qual louvada na afirmação do Sr. Governador do Estado de que só não seriam levadas em consideração, para o deferimento da vantagem, aquele profissional que detivesse dois cargos de nível estadual; a acumulação de cargos do nível estadual não havendo portanto nenhum óbice de ordem regimental que me proibisse acrescentar a expressão ESTADUAIS que, se aprovada com esta redação pelo Plenário — é já o foi em 1.ª e 2.ª discussão — fará parte integrante da Mensagem, sem necessidade absolutamente, de para se acrescentar uma expressão, que houvesse necessidade de elaborar um Substituto Geral à Mensagem, o que também poderia ter sido feito e era válida a apresentação do Substituto. Entretanto, o que é estranho é que a Comissão de Constituição e Justiça tenha validado a expressão "estaduais", que a Comissão de Finanças tenha validado o acrescentamento da expressão e que em primeira e em segunda discussão o Plenário tenha validado depois de discutido e votado o Projeto em segunda discussão, V. Exa. argumenta pela ineficácia ou pela forma anti-regimental com que eu pretendi entender o apelo dos srs. Deputados. É o esclarecimento que cabia fazer a V. Exa. e digo a V. Exa. que estou autorizado desde que assinado pelos Deputados, a garantir a validade da expressão ali acrescentada.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR — Agradeço a V. Exa. o aparte e quanto à estranheza de V. Exa. pela percepção, um tanto tardia da forma técnica e perfeita e mesmo ilegal da expressão, do termo da Mensagem, eu quero responder a V. Exa. que é melhor que se descubra o erro tardiamente, do que deixá-lo passar e produzir consequências as mais danosas possíveis. Veja V. Exa. porque ilegal é Mensagem do Governador, só ele pode alterar esta Mensagem ou no procedimento legal, dentro do Poder Legislativo, através dos recursos regimentais prévios e V. Exa. atente mais para este aspecto, as expressões "estaduais" incluídas no texto da Mensagem, implica em aumento de despesa, por isso não foi seguido processo regimental na Comissão ou aqui em Plenário. Sem entrar no mérito que o Governador pretendia, ou que V. Exa. pretendia com sua notação, admitindo como provavelmente o admito, o que quero dizer a V. Exa. é que não concebo alteração de qualquer termo subscrito na Mensagem sem que a mesma seja subscrita por S. Exa.

O Sr. Ivo Thomazoni — Já informei a V. Exa. que em nada altera o quantum da despesa da Proposta Governamental, porquanto é entendimento do Governo do Estado de que a ausência da expressão "estaduais" ensejava ao médico, ao dentista e ao enfermeiro, detentor de uma função estadual e outra de outro nível, a percepção das vantagens ali contidas. Porque acrescentada esta expressão, foi tão somente para atender aqueles Srs. Deputados que tinham outro entendimento. Quero também informar a V. Exa. que não alterando em absoluto o quantum das despesas decorrentes com a execução desta Lei, a redação da Mensagem será dada pela Comissão de Redação desta Assembleia Legislativa desta augusta casa de leis e que a sanção por parte do Sr. Governador da Redação dada pela Comissão e votada por este Plenário, significaria a aceitação também tácita de S. Exa. ou pela validade de tal prescrição.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR — Nobre Deputado Ivo Thomazoni, se não altera nada, se não modifica coisa alguma, então não há necessidade.

O Sr. Ivo Thomazoni — Foi para atender.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR — Não há razão para atender, se não muda, para que se cometer um erro técnico desta monta se alterando manuscritamente uma Mensagem que veio enviada e rubricada em todas as suas folhas pelo Sr. Governador. Estaríamos abrindo nesta Casa um precedente estranhável e de pior técnica possível de alguém poder alterar à mão uma Mensagem. Isto é inconcebível numa Casa de Leis que tem a responsabilidade de zelar pelo processo legislativo e que inclusive é previsto pelo Regimento.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. quer citar o dispositivo regimental que proíbe acrescentar tal dispositivo na Mensagem, cite dispositivo.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR — Ninguém pode alterar Mensagem do Governo, é questão de bom senso. Como V. Exa. vai incluir, à mão, qualquer rasura? O Sr. Governador tem que ressaltar. Então V. Exa. está me dando direito de pegar a Mensagem do Sr. Governador, digo, que o Sr. Governador redigiu e acrescentar alguma coisa. V. Exa. vai me desculpar. Darei o aparte a V. Exa. apenas para não forçar V. Exa. a ter que admitir erros muito mais sérios. Porque V. Exa. há de convir comigo, o erro técnico que existe nesta Mensagem está caracterizado, e V. Exa. o cometeu com a melhor das intenções.

Mas V. Exa. com serenidade, há de admitir que a melhor forma, ou melhor dizendo, que esta era a pior forma que alguém poderia encontrar para mexer na Mensagem de quem quer que seja.

Porque, se eu faço um Projeto de Lei, proponho a aprovação da Assembleia e encontro este Projeto emendado à mão, V. Exa. há de convir comigo, que eu me sentirei à vontade para chamar à responsabilidade da Casa, por admitir que alguém remede um Projeto meu, com anotação manual.

Ainda mais, em se tratando de uma Mensagem oriunda do Sr. Governador, V. Exa. tem novo aparte.

O Sr. Ivo Thomazoni — Inicialmente, para dizer a V. Exa., que está fazendo exatamente o jogo regimental válido, que alguns Srs. Deputados em algumas Sessões vem fazendo nesta Casa, procurando retardar a tramitação desta Mensagem. Não é novidade para mim isso, haja o Plenário pela sua maioria, como melhor lhes aprouver, eu fui desses que sempre me curvei diante da vontade da maioria dos Srs. Deputados. Dizendo portanto, que não estremo mais este sofisma para retardar a tramitação desta Mensagem, devo também entender que V. Exa. dúvida da honestidade da minha afirmação ali contida.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JÚNIOR — V. Exa., quer se fazer de vítima. Eu não disse isso em nenhum momento desta Tribuna. V. Exa. quer se fazer de vítima.

O Sr. Ivo Thomazoni — Não. Quando afirmo que fui autorizado por S. Exa. o Sr. Governador...

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JÚNIOR — Como Excelência? Mas não é uma forma legal.

O Sr. Ivo Thomazoni — A melhor forma então, era devolver a Mensagem e retardar a sua tramitação.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JÚNIOR — Perfeito. Era a forma mais acertada.

Eu não votei, nobre Deputado, estive presente, se V. Exa. observar a lista de presença. E bastaria a minha ausência para que não houvesse quorum para a votação. Nestas duas reuniões em que este Projeto foi aprovado, eu estive presente, todos os Srs. Deputados se retiraram do Plenário, V. Exa. poderá ver na relação de presença. Apenas, eu não estou discutindo Excelência, o mérito da gratificação, não estou entrando nisso. Apenas, se V. Exa. diz que não tem importância, o que eu quero propor é que seja aprovada sem os "estaduais". Porque entendo que esta Casa está votando sem esta expressão, porque eu não posso entender que a Casa está votando sem esta expressão, porque eu não posso entender que a Casa está votando sem esta expressão à Mesa ao final da minha palavra, para que ela quando fosse colocar o Projeto em terceiro discussão, para aprovação final, esclarecesse à Casa, se o Projeto está sendo votado com a anotação manual de V. Exa. ou se com a Mensagem original do Governador.

O Sr. Ivo Thomazoni — Em primeiro lugar, nobre Deputado, para sermos mais objetivos se não nós vamos chover no molhado. V. Exa. vai propor a retirada da Mensagem. V. Exa. vai propor ao Plenário que vote com ou sem a expressão. Gostaria para finalizar, de entender o arrematado final de V. Exa.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JÚNIOR — Excelência. Para que V. Exa. não me acuse de tentar atrasar a aprovação da Mensagem, o que eu desejo propor é justamente que a Mensagem seja votada sem a anotação "estaduais". E com a anotação, se ela retornar ao Palácio, e S. Exa. o Sr. Governador, incluir na Mensagem. Mas V. Exa. não há de se opor, V. Exa. diz que não haveria problema, que não alterava nada, então V. Exa. não há de se opor à retirada da expressão "estaduais".

O Sr. Ivo Thomazoni — Deputado, eu disse a V. Exa. que consultada a acessória Governamental e o Sr. Governador do Estado, entendia o Governo do Estado que a ausência da expressão "estaduais" não prejudicava os profissionais ali contemplados com a vantagem, se ele acumulasse com outro cargo, não do mesmo nível. Razão pela qual eu reafirmo, em nenhum instante portanto, aumentaria a despesa porque a despesa está prevista nos termos da redação. Era isto, e V. Exa. por favor, não trunche o que eu disse.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JÚNIOR — Mas eu não estou truncando. V. Exa. é que truncou o projeto, a Mensagem.

V. Exa. então não se opõe que seja aprovado sem o termo "estaduais"?

O Sr. Ivo Thomazoni — Nobre Deputado, seria fugir a um compromisso assumido com os Deputados Estaduais da minha Bancada que exigiram a inclusão da expressão "estaduais".

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JÚNIOR — Mas V. Exa. não tinha poderes para isto.

O Sr. Ivo Thomazoni — Tinha, porque consultei o Sr. Governador do Estado.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JÚNIOR — O poder legal, não. O Sr. Governador do Estado é o único que podia mandar a Mensagem incluindo o termo.

O Sr. Ivo Thomazoni — Então a palavra da liderança do Governo não merece crédito? Não tem valor nenhum?

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JÚNIOR — Vale sim. Mas legalmente não; é o processo.

O Sr. Ivo Thomazoni — Mas desde que acrescentada e votada pela Comissão Técnica, e pelo Plenário, ela é válida.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JÚNIOR — Em absoluto. Uma Mensagem do Governo do Estado só pode ser modificada com a assinatura de S. Exa. o Sr. Governador, ou com o processo regimental, através de Emendas. V. Exa. está aqui há mais tempo do que eu e sabe muito bem disso. V. Exa. tem a responsabilidade de liberar o Governo. V. Exa. está por dentro da matéria; conhece o assunto; apenas V. Exa. está querendo justificar uma gafe regimental. Então data vênica máxima, vou discordar de V. Exa.; e V. Exa. vai me responder, tem importância a expressão "estaduais", ou não?

O Sr. Ivo Thomazoni — Eu pergunto à Presidência se V. Exa. permitir, pois é o dono da Tribuna e regimentalmente só V. Exa. pode autorizar ou não.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JÚNIOR — Permito sim.

O Sr. Ivo Thomazoni — Se a Presidência, a Mesa, vencida já a segunda discussão e votação, se autoriza a aceitar deste Deputado, uma Emenda acrescentando a expressão "estaduais", no artigo ou no parágrafo ali mencionado. Cabe à Presidência responder no caso.

O SR. PRESIDENTE — A Emenda deverá ser apresentada em 3ª discussão.

O Sr. Ivo Thomazoni — Eu o farei em 3ª discussão, Sr. Presidente.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JÚNIOR — Desta forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu realizo o meu propósito desta Tribuna; propósito que eu pretendo esclarecer ao nobre Líder do Governo.

Eu entendo, pelas Emendas que foram apresentadas, procurando estender estes benefícios a outros profissionais liberais; eu chego a entender que a contrariedade de interesses muitas vezes justas e legítimas, pode levar e creio que levam mesmo, aqueles que se sentem prejudicados, a buscar na Justiça a garantia de seus direitos. E seria, no meu modesto entendimento, uma falha lamentável tornando totalmente vulnerável a Mensagem, esta anotação sem a sua correção no devido tempo. Acho mesmo elementar que qualquer tribunal apreciando uma representação judicial contra a forma técnica da Mensagem, haveria de acolher qualquer pedido no sentido de sua correção parcial ou total. Fica pois esclarecida a Casa que em terceira discussão será apresentada uma Emenda pelo nobre Líder do Governo, Emenda esta que nós nos reservamos também na oportunidade para discutir, face às possíveis implicações de aumento de despesa, aumento de despesas este que o nobre Líder do Governo, acessorizado pelo Palácio Iguaçu, entende não vir a ocorrer. Nós nos reservamos então, para apreciar a Emenda no seu momento oportuno.

Meus agradecimentos, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Antes de conceder a palavra ao último orador inscrito para o Grande Expediente, quero submeter à apreciação da Casa Requerimento do nobre Deputado Antônio Belinati, solicitando suspensão da

Sessão em virtude do falecimento do Mal. Eurico Gaspar Dutra. O Requerimento é o seguinte: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, requer à Mesa, ouvido o Plenário, o levantamento da Sessão de hoje, em homenagem à memória do ilustre Marechal Eurico Gaspar Dutra, ex-Presidente da República, ocorrido à noite de ontem.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1974.

(a) Antônio Belinati".

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Requerimento.

O SR. IVO THOMAZONI — Pego a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, para indagar da Presidência se S. Exa., o autor do presente Requerimento indica a hora da suspensão da presente Sessão. Se vencida a Hora do Expediente, se após a Ordem do Dia ou se S. Exa. pretende impedir que use da palavra o terceiro orador inscrito para o Grande Expediente na Sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE — Posso informar unicamente ao nobre Líder que isto não consta do Requerimento.

O SR. PAULO CAMARGO — (Pela ordem). Sr. Presidente, acho que a matéria, desde que anunciada, tem que ser votada imediatamente. Acho que não pode ser prorrogada a votação, desde que anunciada pela Presidência.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela ordem). Sr. Presidente, se o Requerimento é omissivo neste ponto, proporia que se suspendesse após a Ordem do Dia. A homenagem seria prestada pela Casa e não seria interrompido o trabalho de grande interesse ao Plenário.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JÚNIOR — (Pela ordem). Sr. Presidente, apenas para esclarecer a V. Exa. a minha posição. Fui acusado, da Tribuna, de tentar adiar a votação da Mensagem que concede a Gratificação de Produtividade. Quero dizer que votarei contra o Requerimento do Deputado Antônio Belinati, embora reconheça que o extinto merece as maiores homenagens deste Poder e desta Casa. Apenas por uma questão de dignidade pessoal para que não se entenda que estou procurando evitar a votação da Gratificação de Produtividade. Só por isto, porque entendo que a homenagem é das mais justas, e quero que conste dos Anais a minha justificativa.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência submete à votação o Requerimento tal como foi redigido. Fica a decisão ao Plenário.

O SR. PAULO CAMARGO — (Pela ordem). Sr. Presidente, insisto em minha questão de ordem. V. Exa. vai por em votação o Requerimento imediatamente?

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, V. Exa. não considerou a proposta do eminente Deputado Arthur de Souza?

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência somente acatará a proposta do Deputado Arthur de Souza, se vier por escrito à Mesa.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Sr. Presidente, comprometo-me a enviar por escrito.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, V. Exa. daria alguns segundos para a redação do Requerimento?

O SR. PRESIDENTE — Concedo 5 minutos.

(Fica suspensa a Sessão por cinco minutos, para a confecção do Requerimento).

(É encaminhado à Mesa o seguinte Requerimento):

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve requer que a suspensão requerida hoje, se verifique tão logo se proceda a votação da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1974.

(a) — Arthur de Souza

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a Sessão. Em votação o Requerimento do nobre Deputado Antônio Belinati, ressalvado o pedido formulado pelo Deputado Arthur de Souza.

Em votação. — Aprovado.

O SR. PAULO CAMARGO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, entendemos que a grande maioria desta Casa, como eu também, tem interesse na tramitação rápida da Mensagem que estamos discutindo e votando. Entretanto, Sr. Presidente, desde que foi requerida uma homenagem a um grande ex-Chefe de Estado, acho que há um desvirtuamento nesta homenagem, se pretendemos suspender a Sessão depois da votação da Ordem do Dia. Praticamente depois do término da Sessão. Portanto votarei com o Requerimento do Deputado Belinati e contra a Emenda do Deputado Arthur de Souza.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, o Sr. Deputado Paulo Camargo ausente no início desta Sessão, não poderia portanto, estar informado dos lances ocorridos aqui durante o Pequeno Expediente. Deve, então, ser informado por esta liderança, que a liderança do aguerrido Movimento Democrático Brasileiro pela palavra de S. Exa. o Sr. Deputado líder Domicílio Scaramella, e pela liderança do Governo, representada por esse humilde e ultimamente sofrido Deputado que está usando a palavra, fizeram no Pequeno Expediente o necrológico da figura do ex-Presidente Marechal Dutra como homenagem dos dois Partidos representados nesta Casa.

No Requerimento lido pelo Sr. 1.º Secretário e devidamente autuado no Livro de Registro, deveria constar o momento em que a Sessão deveria ser levantada para que então tivéssemos condições de votá-lo.

Agora, o Sr. Deputado Antônio Belinati entende em requerer que a Sessão seja suspensa no instante em que este Deputado ia para a Tribuna, dando a impressão até de falta de ética de S. Exa., se bem que não entendo assim.

Para que procedimentos desta natureza não ocorram no futuro, para que não haja quebra de amizade que une os Deputados de ambos os Partidos nesta Casa, seria de bom alvitre adotarmos uma norma neste sentido. Além do mais a notícia do passamento do Mal. Dutra não veio ao conhecimento dos Srs. Deputados durante a Sessão, já era do conhecimento de todos os Srs. Deputados antes do início desta Sessão, uma vez que o seu falecimento ocorreu pela manhã.

Apelo ao eminente e valoroso Deputado Paulo Camargo que entenda a arguição desta questão de Ordem. Não vou falar sobre a Gratificação de Pro-

atividade não falsarei mais nesta Casa sobre ela, porque esgotei o assunto na quinta-feira passada.

Porém, tinha de dar esclarecimentos da Tribuna, trazendo para conhecimento de todos, resposta a um Requerimento de informação de um Deputado também de nossa Bancada que deve ser esclarecido e informado.

Esta a questão de Ordem para a qual espero contar com magnanimidade do coração de V. Exa. Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela ordem). Sr. Presidente, gostaria-mos de esclarecer ao nobre Deputado Ivo Thomazoni que, em momento algum, tivemos intenção de ferir a ética parlamentar requerendo o levantamento da Sessão para impedir que S. Exa. usasse da Tribuna e pudesse discutir a Mensagem do Sr. Governador referente à Produtividade.

Requeremos o levantamento da Sessão e por um lapso, não tínhamos conhecimento da lista dos oradores inscritos para falar sobre a matéria ou no Grande Expediente. Entendemos que todos os Srs. Deputados devem usar o seu direito de falar a favor ou de discordar.

Gostariamos de encaminhar a V. Exa., Sr. Presidente, uma Emenda ao nosso Requerimento, solicitando excusas ao Deputado Ivo Thomazoni, reafirmando que, no momento, em que pedimos o levantamento da Sessão, desconhecíamos que S. Exa. iria usar da palavra. Por este motivo estamos endereçando Emenda ao nosso Requerimento pedindo que a Sessão seja levantada após o término do Grande Expediente, se assim entender o soberano Plenário. — (Sem revisão do orador).

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — (Pela ordem). Sr. Presidente, uma vez que o nobre Deputado Ivo Thomazoni não vai mais usar da palavra para tratar da Gratificação de Produtividade, sinto-me à vontade para votar o Requerimento do Deputado Antonio Belinati.

Entendia eu que o Deputado Ivo Thomazoni iria à Tribuna para responder as palavras que havia proferido, embora usasse do direito de aparte com toda a magnanimidade possível.

Apenas gostaria de lembrar a V. Exa. para que conste dos Anais, que a possível alegação que o Deputado Antonio Belinati poderia tentar impedir Sua Excelência de falar, embora com o Requerimento prestando uma homenagem a um Chefe de Estado, falecido, eu quero lembrar a Sua Excelência, que reagiu com tamanho furor ao Requerimento do nobre Deputado Antonio Belinati, que, nesta Casa, com toda a Bancada do MDB inscrita quando era Governador o Sr. Haroldo Leon Peres, foi votado um Requerimento pela maioria dos Senhores Deputados, dizendo desnecessária a presença dos oradores do MDB na Tribuna quando se apreciava a Emenda de Reforma Constitucional que o ex-Governador havia remetido a esta Casa; não foi nem por uma homenagem a um Chefe de Estado, morto, foi simplesmente para abreviar a aprovação de uma Emenda Constitucional que se impediu os Deputados do MDB inscritos naquela Sessão, de ocuparem a Tribuna. Felizmente o Judiciário nos deu ganho de causa e, um dos argumentos foi a medida anti-regimental tomada pelos Senhores Deputados da Mesa daquela oportunidade.

Eram só estes esclarecimentos.

Não houve falta de ética do parlamentar, que acabou inclusive de rever os termos da sua proposição, à Mesa.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência submeteu à votação, ressalva a Emenda do nobre Deputado Arthur de Souza.

O Requerimento do nobre Deputado Antonio Belinati foi aprovado.

Preliminarmente a Mesa, submete à apreciação, agora, o Requerimento do nobre Deputado Arthur de Souza, que pede seja tão logo se proceda a Ordem do Dia; em votação, APROVADO o Requerimento do nobre Deputado Arthur de Souza; em consequência, prejudicado o novo Requerimento do nobre Deputado Antonio Belinati.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, pela Ordem, ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Inicialmente, Sr. Presidente, aceito as argumentações de Sua Excelência o Sr. Deputado Antonio Belinati, que afirmou não ter tido a intenção de impedir a minha presença na Tribuna; em segundo lugar, Sr. Presidente, para informar ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior de que eu não fui o autor do Requerimento que impediu a ida dos Senhores Deputados do MDB à Tribuna no episódio da Emenda n.º 2 da nossa Constituição; em terceiro lugar, Sr. Presidente, eu me considero realizado, não vou à Tribuna. Sr. Presidente, não vou porque pretendia dar esclarecimentos enviados à liderança pelo Departamento de Trânsito, o DETRAN oferecidas as informações ao Requerimento de investigação formulada pelo Sr. Deputado Erondy Silvério.

Peço a V. Exa. que, cumprindo disposição regimental, me considere inscrito como primeiro orador no Grande Expediente da Sessão de amanhã, e assim estaremos todos, eu, pela segunda vez, prestando a minha homenagem sincera, de brasileiro grato por todos os feitos do eminente ex-Presidente Eurico Gaspar Dutra, e os demais Senhores Deputados quero crer, prestando também a sua homenagem àquele desaparecido.

Não vou à Tribuna mas quero crer, tive a satisfação de verificar que o eminente Deputado Antonio Belinati não estava com a intenção de ferir melindres de quem quer que seja, fico grato a Sua Excelência, receba ele o meu apelo de mão e saiba que estaremos sempre, aqui neste Plenário, pugnando, cada um, por aquilo que considerar de justiça em favor das decisões mais altas na solução dos problemas que nos afligem a todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelas decisões sábias da Presidência. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

VOTAÇÃO EM 3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 219-73, de autoria do Dep. João Mansur, que cria os Distritos de Ramilândia e Diamante D'Oeste, no Município de Matelândia. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

VOTAÇÃO EM 3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 236-73, de autoria do Dep. Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Alto Paraná, a data de terreno n.º 9, da quadra 69, com área que especifica, situado no referido Município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. — Aprovado.

VOTAÇÃO EM 3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 238-73, de autoria dos Deputados Jorge Sato e Paulo Poli, que transfere para a responsabilidade do D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a sede do Município de Itambé à rodovia PR-13 (Campo Mourão - Maringá). Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

VOTAÇÃO EM 3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 239-73, de autoria do Dep. Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública o "Educandário Nossa Senhora do Carmo", com sede e foro na cidade de Paranavai. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

VOTAÇÃO EM 2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 36-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 20-74, que visa alterar, a partir de 1.º de março do corrente ano a redação do artigo 3.º da Lei n.º 6.156, de 02-10-70, que dispõe sobre a quota de produtividade. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. com EMENDAS, EM REGIME DE URGÊNCIA. (APROVADO O PROJETO. POR APRECIAR AINDA EM 2.a DISCUSSÃO, AS EMENDAS). — Aprovado, o Projeto. Em votação a Emenda n.º 1. — Rejeitada a emenda.

O SR. EMÍLIO CARAZZAI — (Pela Ordem) Requeiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Defiro o Requerimento do nobre Deputado, solicitando nova votação.

O SR. IVO THOMAZONI — Só verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Lamento o equívoco em que laborei e coloco em votação. Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda queiram se levantar.

8 Srs. Deputados aprovam a Emenda.

Os Srs. Deputados que rejeitam a Emenda queiram se levantar.

20 Srs. Deputados rejeitam a Emenda n.º 1. — Rejeitada.

Emenda Substitutiva n.º 2 — (Lê o § 3.º Rejeitada a Emenda).

O SR. EMÍLIO CARAZZAI — (Pela ordem). Sr. Presidente. Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e fará a verificação de votação.

(É feita a verificação)

10 Srs. Deputados aprovam.

20 Srs. Deputados rejeitam.

Rejeitada a emenda.

Em votação a emenda n.º 2 de autoria do Deputado Emílio Carazzai.

Em face da rejeição da Subemenda, a Mesa considera prejudicada.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, inicialmente, devo justificar o voto da maioria da Bancada dos Srs. membros da Arena, quando recusaram a subemenda aposta à Emenda n.º 2, do eminente Deputado Emílio Carazzai. Porque, Sr. Presidente, eu faço esta declaração de votos para que os Srs. funcionários da Assembleia Legislativa do Estado, do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas, mais uma vez esse compromisso da Liderança do Governo de que o Sr. Governador do Estado, após sancionar este diploma legal, encaminhará à Assembleia Legislativa, Mensagem propondo a extensão do benefício aos profissionais liberais do quadro de carreira da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas. Fica aqui o compromisso da Liderança do Governo em que haverá de vir a esta Casa, Mensagem propondo a extensão deste benefício ao Poder Legislativo, ao Poder Judiciário e ao Tribunal de Contas. Entendendo-se aqui, pessoal da mesma categoria ali beneficiados dos outros Poderes, que atuam na Assembleia, no Tribunal de Justiça e no Tribunal de Contas; para acrescentar, Sr. Presidente, de que nós não estamos alheios às futuras lutas no sentido de numa terceira ou quarta batalha, procurarmos junto ao Governador do Estado, e todos me terão ao lado dos que pugnam para que o benefício seja estendido aos inativos e aos suplementaristas; mas que façamos por etapas, Sr. Presidente, porque nós sabemos a força que tem este Poder e, haveremos de conseguir o objetivo aqui procurado pelos Srs. Deputados. Que ninguém veja nesta atitude da Liderança, nenhuma desconsideração a qualquer funcionário público dos outros Poderes. Mas que entendo que o Poder Executivo tem limitações e dentro delas já está, inclusive, assegurado de que proximamente receberemos a Mensagem que estenderá os benefícios aos funcionários da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas, para no futuro, juntos lutarmos pelos inativos e suplementaristas. Não era intenção da Liderança sufocar ninguém. Nunca foi e não será. O Sr. Governador do Estado já está sensibilizado. Mas tem o Sr. Governador do Estado de se ater também dentro das capacidades financeiras do Estado. E esta é a razão pela qual até com uma certa impertinência e eu sei, peço aos Srs. Deputados que me perdoem; até com um pouco de falta de educação eu me insurji contra a verificação de "quorum" nesta Casa; mas o fiz, pretendendo que este benefício chegue o quanto antes aos Senhores funcionários que estão aguardando; que desde primeiro de março a Assembleia obteve esta Mensagem e que se lhes possibilite a percepção da vantagem, para fazer face a alta do custo de vida.

Era esta a declaração de voto que a Liderança desejava, pretendia e fez para que não se diga que pretendia sufocar os legítimos interesses da classe funcional dos três Poderes do Estado.

Muito obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está em votação a Emenda supressiva de autoria da Comissão de Finanças, "Suprima-se no parágrafo 4.º, por tempo de serviço..." Em votação. Rejeitada.

VOTAÇÃO EM 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 246-73, de autoria do Dep. David Federmann, que determina a não realização de novos concursos na área do Magistério e o aproveitamento dos já concursados na mesma área. Parecer favorável da C.C.J. e CONTRÁRIO da C.I.P. — **Rejeitado.**

VOTAÇÃO EM 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 255-73, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública o Grêmio Estudantil Técnico Comercial — GETEC, da cidade de Rio Negro. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 257-73, de autoria do Dep. João Mansur, que declara de Utilidade Pública a Fundação São José, com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 263-73, de autoria do Dep. Arthur de Souza, que declara de Utilidade Pública o Clube da Soda "Hélio Brandão", desta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Domicílio Scaramella e Ivo Thomazoni, lido da Tribuna, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Presidente do Brasil, Marechal Eurico Gaspar Dutra. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Esmeraldina Moraes. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Saúde, no sentido de que se digna determinar as medidas necessárias para a construção de um Posto de Saúde, em Ramilândia, Município de Matelândia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Haroldo Bianchi, constante do Expediente, solicitando seja incluído na Ordem do Dia para a próxima Sessão, o Projeto de Lei n.º 1-74. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Governador do Estado, bem como à Fundação Universidade Estadual de Londrina pela escolha do Professor Oscar Alves, para Reitor da referida Faculdade. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo ao Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, pela admissão de eminentes paranaenses como sócios efetivos da entidade, entre os quais os ilustres Srs. Deputados Antônio Franco Ferreira da Costa Filho e Antônio Lopes Júnior. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando a suspensão da Sessão de hoje, em homenagem à memória do ilustre Marechal Eurico Gaspar Dutra. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arthur de Souza, constante do Expediente, solicitando a suspensão requerida hoje, se verifique tão logo se proceda a votação da Ordem do Dia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja a Sessão levantada após o término do Grande Expediente da presente Sessão. — **Prejudicado** face aprovação do Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arthur de Souza.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 15-74, bem como, a sua inclusão na Ordem do Dia, dos trabalhos da próxima Sessão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido de que sejam tomadas medidas para a extensão da linha de ônibus de Santa Quitéria, até a Vila Rigoni. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado apelo à Telepar, no sentido de que seja instalado um telefone público no Bar Armazém Carvalho, na Vila Rigoni. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhada solicitação ao Banco Central do Brasil, no sentido de que o mesmo instrua os estabelecimentos de crédito do Estado, a fim de que prorroguem os prazos de pagamento relativos aos financiamentos contraídos pelos plantadores do soja. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicílio Scaramella, constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da Rede Ferroviária Federal, no sentido de que seja instalado em nossa Capital, uma sede Regional da RFFSA, desmembrado, por conseguinte os Estados do Paraná e Santa Catarina da administração atualmente centralizada em Porto Alegre. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente de Sessão anterior, solicitando seja encaminhado apelo aos Srs. Ministro das Minas e Energia e Presidente da Eletrobrás no sentido de que sejam efetuados estudos sobre os problemas das inundações de diversas áreas, pela Usina Capivara. — Com sua discussão encerrada. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Superintendente da RVPSC, no sentido de que determine à administração das Oficinas, que seja dado aos óleos usados destino correto, não poluitivo. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, quarta-feira à Hora Regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 36-74.
- 2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 255-73, 257-73 e 243-73.
- 1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 275-73, 277-73, 292-73 e 15-74, marcando ainda, uma Sessão Extraordinária para amanhã, dia 11, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 18-74.
- Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSOES:

COMISSÃO DE FINANÇAS

7.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 6.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro (1974), na Sala das Reuniões, às dezesseis e trinta (16,30) horas, reuniu-se a Comissão de Finanças sob a Presidência do Senhor Deputado Quíelise C. Silva e contando com as presenças dos Senhores Deputados Antonio Lopes Júnior, Gilberto Carvalho, Igo Losso e Wilson F. Fortes. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 278-73 — de autoria do Senhor Deputado Haroldo Bianchi, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais", da cidade de Ibatiti. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 281-73 — de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato — Paulo Poli que institui no Departamento de Trânsito — DETRAN, a Taxa de Peritagem. Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Júnior, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 286-73 — de autoria do Senhor Deputado Antonio Lopes Júnior, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais de Guarapuava "S.O.S.", com sede na cidade de Guarapuava. Relator Senhor Deputado Igo Losso, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 288-73 — de autoria do Senhor Deputado Arthur de Souza, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Protetora de Animais de Curitiba. Relator Senhor Deputado Igo Losso, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 8-74 — de autoria do Senhor Deputado Rosário Pitelli, que declara de Utilidade Pública, o Albergue Noturno Olímpia Ferreira, da cidade de Alvorada do Sul. Relator Senhor Deputado Igo Losso, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 20-74 — de autoria do Senhor Deputado Haroldo Bianchi, que dispõe na forma que estabeleça, sobre o valor dos auxílios devidos pelo I.P.E. aos cônjuges funcionários públicos, quando ambos são contribuintes. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 08-74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 09-74 — Aprova os Termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Piên e Leopoldina, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 18-74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 47-74 — Aprova os Termos do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Coordenação de Planejamento Estadual e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — Sudesul, objetivando elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

a) Quíelise C. Silva — Presidente

a) Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 13.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Gilberto Carvalho.

Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Deputado Basílio Zanusso apresentou redação final aos seguintes processos.

PROJETO DE LEI N.º 240-73 — de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de utilidade pública o Educandário São José, com sede e foro na cidade de Paranavai.

PROJETO DE LEI N.º 253-73 — de autoria do Deputado Quíelise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Campina Grande do Sul, o trator que especifica, de propriedade da Secretaria de Agricultura e de posse do referido Município, em regime de comodato.

PROJETO DE LEI N.º 09-74 — de autoria do Deputado Olavo Ferreira, que autoriza o Poder Executivo criar as Áreas Climáticas, do Estado, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI N.º 10-74 — de autoria do Deputado David Federmann, que declara de utilidade pública a Organização Espírita Cristã Irmã Schella, com sede na cidade de Ponta Grossa.

PROJETO DE LEI N.º 11-74 — de autoria do Deputado Igo Losso, que declara de utilidade pública o Lar São de Curitiba.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 25-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 89-73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, este, através dos Institutos Nacional do Livro e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para as finalidades que especifica.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 04-74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 118-73, que aprova os termos do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL, o Município de Curitiba e a Central de Abastecimento S. A. — CEASA-PR, com a finalidade que especifica. — **Aprovadas.**

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lúcio Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

a) GILBERTO CARVALHO — Presidente.

a) Lúcio G. Sotto-Maior — Secretário.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 240-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Educandário São José, com sede e foro na cidade de Paranavai.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4-6-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Basílio Zanusso

Alvaro Dias

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 253-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Campina Grande do Sul, um trator de marca International, modelo TD-8, Série M 1050, de propriedade da Secretaria de Agricultura, que está na posse daquele Município em regime de comodato.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4-6-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Basílio Zanusso

Alvaro Dias

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 9-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar as Áreas Climáticas do Estado.

Art. 2.º — O objetivo da criação das áreas climáticas é o de preservar o que resta das regiões de clima altamente indicado para a recuperação e manutenção da saúde.

Art. 3.º — As áreas climáticas serão definidas dentro dos limites de regiões de clima reconhecidamente saudável, as quais não possuem fábricas que, por força dos seus processos operacionais, possam provocar poluição do ar, das águas e do solo.

§ 1.º — As áreas mencionadas no presente artigo compreenderão um ou mais Municípios.

§ 2.º — No caso de participação de mais de um Município na área, será obrigatório que a participação dos outros seja total, devendo todavia, abarcar pelo menos um Distrito.

Art. 4.º — Como incentivo ao desenvolvimento das áreas climáticas, poderão ser criados estímulos pelo Poder Executivo para:

I — Estabelecimentos hospitalares;

II — Colônias de férias;

III — Estabelecimentos hoteleiros;

IV — Centros de recreação, sobretudo esportes e cultura;

V — Atividades artesanais;

VI — Produção hortigranjeira;

VII — Indústrias que não acarretem a poluição do ar, das águas, do solo ou poluição sonora.

Parágrafo único — A avaliação do grau de poluição mencionado no presente artigo será de competência da Administração de Recursos Hídricos, da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas.

Art. 5.º — As Secretarias de Estado, nos setores que lhes são inerentes adotarão prioritariamente as medidas cabíveis para a proteção do meio ambiente nas áreas climáticas.

Art. 6.º — A coordenação das medidas administrativas das áreas climáticas nos aspectos que lhe sejam peculiares, ficará a cargo de uma Comissão, vedado a mesma receber remuneração.

§ 1.º — A Comissão mencionada será integrada por um mínimo de cinco membros, sendo de dez o número máximo.

§ 2.º — Os Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais dos Municípios que constituem a área climática serão membros natos da Comissão, a qual será presidida por um representante da Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde Pública.

§ 3.º — Na hipótese de o número de representantes dos Poderes Municipais na Comissão ultrapassar a dez, terão preferência aqueles que representem os Municípios mais populosos, mantida a qualificação do Presidente.

Art. 7.º — As áreas climáticas serão criadas através de Decreto do Poder Executivo, devidamente fundamentado e com o parecer favorável dos órgãos técnicos das Secretarias de Saúde Pública, Agricultura e da Administração de Recursos Hídricos.

Art. 8.º — Os estabelecimentos industriais ou de outra natureza que contrariarem o que preceitua o Artigo 4.º, inciso VII desta Lei, não poderão instalar-se nas áreas climáticas.

Art. 9.º — O regulamento da presente Lei será feito através de Decreto do Poder Executivo.

Art. 10 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4-6-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Basílio Zanusso

Alvaro Dias

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 10-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Organização Espírita Cristã Irmã Scheilla com sede em Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4-6-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Basílio Zanusso

Alvaro Dias

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 11-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Lar São de Curitiba, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4-6-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Basílio Zanusso

Alvaro Dias

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 25-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios firmados em 22 e 31 de janeiro de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, e o Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto Nacional do Livro e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, visando a aquisição de livros dentro do Programa do Livro Didático e a colaboração mútua para a proteção dos monumentos históricos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4-6-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Basílio Zanusso

Alvaro Dias

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 04-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos do Convênio celebrado em 23 de fevereiro de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná, a Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL, o Município de Curitiba e a Central de Abastecimento do Paraná S. A. — CEASA-PR, visando fixar a competência para declaração de utilidade pública e delegar poderes para promover desapropriações das áreas necessárias à implantação das instalações da CEASA-PR, em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4-6-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Basílio Zanusso

Alvaro Dias

Relatores